



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS SOCIAIS
POLO UNIVERSITÁRIO DE TOMÉ-AÇU

ADRIELLY DE OLIVEIRA SIQUEIRA

ERIKA DE OLIVEIRA COSTA

**A INTERAÇÃO ENTRE O PROFESSOR E O INTÉRPRETE DE LIBRAS NA SALA
DE AULA E A INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS**

Tomé-Açu/PA
2022



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS SOCIAIS
POLO UNIVERSITÁRIO DE TOMÉ-AÇU

ADRIELLY DE OLIVEIRA SIQUEIRA

ERIKA DE OLIVEIRA COSTA

**A INTERAÇÃO ENTRE O PROFESSOR E O INTÉRPRETE DE LIBRAS NA SALA
DE AULA E A INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado a Faculdade de Educação e
Ciências Sociais/UFPA, como requisito
para obtenção do título de Pedagogo/a,
orientado pela Prof^a Dr^a Joyce Otânia
Seixas Ribeiro.

Tomé-Açu/PA
2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Siqueira, Adrielly de Oliveira

A interação entre o professor e o intérprete de libras na sala de aula e a inclusão de alunos surdos / Adrielly de Oliveira Siqueira, Erika de Oliveira Costa . — 2022.
51 f. : il. color.

Orientador(a): Prof^a. Dra. Joyce Otânia Seixas Ribeiro
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Curso de Pedagogia, Campus Universitário de Abaetetuba, Universidade Federal do Pará, Abaetetuba, 2022.

1. Inclusão escolar. 2. Docência. 3. Intérprete de libras. 4. Aluno surdo. I. Título.

CDD 370



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS SOCIAIS
POLO UNIVERSITÁRIO DE TOMÉ-AÇU

ADRIELLY DE OLIVEIRA SIQUEIRA

ERIKA DE OLIVEIRA COSTA

**A INTERAÇÃO ENTRE O PROFESSOR E O INTÉRPRETE DE LIBRAS NA SALA
DE AULA E A INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS**

Defesa realizada em08/2022

Situação:

BANCA EXAMINADORA:

Profª Drª Maria do Socorro Pereira Lima (Examinadora interna)

Profª Mª Olidete Araújo (Examinadora interna)

Profª Drª Joyce Otânia Seixas Ribeiro (Orientadora)

Agradeço primeiramente a Deus, que me sustentou até aqui, me deu forças e colocou pessoas fundamentais na minha vida para chegar até aqui, agradeço também a minha família que me deu apoio durante esses anos de curso, a minha tia Ana que me deu suporte quando minha mãe precisou se ausentar, a minha vó Francisca e minha irmã Adryane que no dia a dia me incentivam e me ajudam no que preciso. A minha tia/avó Joselita que não está mais entre nós que sempre orou por mim, a minha tia Ana Raquel que também não está entre nós mas que sempre me incentivou a estudar, as minhas amigas que conheci durante o curso e que sempre estávamos juntas nos momentos tensos nas produções de trabalho, e em especial a Profª Drª Joyce que nos orientou neste trabalho ao longo desses meses que foram árduos e difíceis mas com paciência nos guiou no passo a passo da construção deste trabalho, as pessoas que me ajudaram de forma indireta mas que tiveram uma contribuição importante durante esta caminhada acadêmica.

Adrielly de Oliveira Siqueira

Dedico a Deus este trabalho por ele me dar forças em todos os momentos e nunca me deixar fraquejar, sendo meu alicerce para continuar sempre firme e realizar a tão sonhada graduação. Também dedico aos meus pais que sempre estiveram comigo durante toda jornada acadêmica me dando apoio afetivo e me incentivando a avançar. A nossa orientadora Profª Drª Joyce Otânia Seixas Ribeiro que sempre esteve disponível para sanar nossas dúvidas, agradeço pelos seus conhecimentos e auxílios aos meus professores do curso que sempre foram os melhores a UFPA por ter me dado oportunidade de ter acesso a escola pública colaborando para meu desenvolvimento profissional, as minhas amigas que sempre me ajudaram e sempre estiveram comigo durante essa trajetória, a minha parceira de TCC que travou essa guerra comigo e ao meu namorado que sempre me apoiou durante todo meu TCC.

Erika De Oliveira Costa

Dedico esta produção acadêmica a minha mãe Simone e minha avó materna Francisca Alice que foram fundamentais para que eu chegasse até aqui, que criaram três meninas com muita luta, garra e dificuldades, que são meus alicerces e exemplo de mulheres. Minha mãe que foi mãe muito cedo e mesmo assim superou todas as barreiras para nos criar, minha avó que é um exemplo de mulher de fé, sem vocês me apoiando não conseguiria, muita obrigada e amo vocês.

Adrielly de Oliveira Siqueira

Em especial, dedico esse trabalho a Deus e aos meus pais, pois eles foram fundamentais me dando apoio e coragem sempre que precisei e me impulsionaram a chegar até aqui.

Erika De Oliveira Costa.

A inclusão é produto de uma educação plural, democrática e transgressora. Ela provoca uma crise escolar, ou melhor, uma crise de identidade institucional, que por sua vez, abala a identidade dos professores e faz com que seja ressignificada a identidade do aluno. O aluno da escola inclusiva é outro sujeito, que não tem uma identidade fixada em modelos ideais, permanentes, essenciais (Mantoan).

RESUMO

Este trabalho trata sobre inclusão escolar, problematizando a relação pedagógico entre docentes e o interprete de Libras no processo de inclusão de alunos surdos. O objetivo geral é refletir sobre a relação pedagógica na sala de aula inclusiva. O referencial teórico contou com Quadros (2008), Gebarae Barros (2014), Lacerda (2020), Melo (2013) e outros. A pesquisa se insere na abordagem qualitativa e foi desenvolvida por meio do estudo de caso. O trabalho de campo ocorreu na Escola M.E.F. Dr. Anthodio Barbosa na cidade de Tomé-Açu, tendo como participantes um grupo de docentes e uma interprete de Libras. Na coleta de dados utilizamos a observação e a aplicação de questionários. Como resultado, a relação entre docentes e interprete de Libras ainda se dá de forma muito tímida, o que afeta o processo de inclusão dos alunos surdos; apesar das inúmeras mudanças na educação inclusiva, percebemos fragilidades nesse desse atendimento, especialmente quanto a formação docente inclusiva.

Palavras-chave: Inclusão escolar. Docência. Interprete de Libras. Aluno surdo.

ABSTRACT

This work deals with school inclusion, questioning the pedagogical relationship between teachers and the Libras interpreter in the process of inclusion of deaf students. The general objective is to reflect on the pedagogical relationship in the inclusive classroom. The theoretical framework included Quadros (2008), Gebarae Barros (2014), Lacerda (2020), Melo (2013) and others. The research is part of a qualitative approach and was developed through a case study. Fieldwork took place at the M.E.F. Dr. Anthodio Barbosa in the city of Tomé-Açu, with a group of teachers and a Libras interpreter as participants. In data collection, we used observation and the application of questionnaires. As a result, the relationship between teachers and Libras interpreters is still very timid, which affects the process of inclusion of deaf students; despite the numerous changes in inclusive education, we perceive weaknesses in this service, especially regarding inclusive teacher training

Keywords: School inclusion. Teaching. Libras Interpreter. Deaf student.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	08
SEÇÃO I - TOMÉ-AÇU E A INCLUSÃO DE PESSOAS SURDAS	11
1.1 A trajetória de inclusão do município de Tomé-Açu	11
1.2 A política de inclusão de pessoas surdas: objetivos e princípios	15
1.3 A Escola Municipal de Ensino Fundamental Anthódio Barbosa	18
1.4 A Sala de aula inclusiva observada	19
SEÇÃO II - O TRABALHO PEDAGÓGICO INCLUSIVO NA SALA DE AULA	22
2.1 Percepções sobre as interações inclusivas na sala de aula	22
2.2 As percepções dos docentes e da interprete sobre a educação inclusiva	32
2.3 A docência e o TILS: formação e função	34
2.4 Os desafios da educação inclusiva: a formação docente, a identificação com a inclusão e a parceria pedagógica	39
CONCLUSÃO	46
REFERÊNCIAS	47
ANEXOS	50

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como foco a relação do professor e o tradutor/interprete de Libras, com a finalidade de inclusão do aluno surdo nos anos finais. Será analisada a relação profissional entre os docentes atuando na docência, compreendendo como ocorre as atividades curriculares de acordo com cada profissional da educação e como cada método a ser utilizado ajuda no processo de ensino do aluno surdo em salas regulares.

A lei nº 10.436/2002 oficializa a Língua Brasileira de Sinais, sendo a primeira língua dos sujeitos surdos, ou seja, sendo a L1, sua língua materna, para que seja assegurado o direito de todos a educação gratuita e de qualidade, a educação de surdos no ensino regular está amparada pelo decreto lei nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a lei que oficializa a Língua Brasileira de Sinais, definindo na modalidade escrita a segunda língua para os surdos sendo a Língua Portuguesa como L2, garantindo também a formação dos professores. Há leis em vigor sobre a profissão do tradutor/intérprete de Libras e uma delas é a lei nº 12.319 de 01.09.2010 que regulamenta a profissão Tradutor e intérprete da Língua Brasileira de Sinais.

Para situar o leitor sobre o tema proposto primeiramente é preciso contextualizar o conceito de deficiente auditivo e surdez, pois há uma diferença entre eles e a profissão do tradutor/interprete de Libras. A deficiência auditiva consiste na perda parcial ou total da capacidade de detectar sons, causada por má-formação (causa genética), lesão na orelha ou na composição do aparelho auditivo. O conceito de surdez é total falta de audição, podendo essa ser adquirida ao longo da vida por variados motivos a qual leva a esta condição. Já a profissão do tradutor/intérprete de Libras se ocupa de interpretar e traduzir um idioma para outro ou do determinado idioma falado para Libras; para isso o tradutor/interprete precisa ter técnicas para a tradução e interpretação e para que este profissional atue na área da educação satisfatoriamente precisa ter formação na área ao qual atuará.

Para saber como se dá a relação pedagógica entre professor e o tradutor/interprete de Libras, com a finalidade de inclusão do aluno surdo nos anos finais, situando os métodos utilizados no processo de ensino do aluno surdo em

salas, consideramos as seguintes questões de pesquisa: como tem sido organizado o trabalho pedagógico na sala de aula inclusiva? Considerando isso, o objetivo geral é refletir sobre a organização do trabalho pedagógico em uma sala de aula inclusiva.

Os objetivos específicos são:

1. Mapear a organização do trabalho pedagógico entre docentes e a interprete de Libras;
2. Refletir se o trabalho pedagógico inclusivo permite a aprendizagem satisfatória dos alunos surdos.
3. Pensar sobre as dificuldades da sala de aula inclusa e seus desafios.

O interesse por este tema de pesquisa surgiu a partir da iniciação na vida acadêmica, proporcionada por seminários com o tema sobre inclusão, permitindo o primeiro contato com esta área de estudos. A partir disso, surgiu o interesse e a proposição do tema sobre inclusão. A presente pesquisa irá trazer dados sobre como se dá a relação entre os docentes e interpretes de Libras na sala de aula, contribuindo com a inclusão de alunos surdos. Esta pesquisa também contribui com a atualização bibliográfica sobre a temática e com a aquisição do conhecimento de outros sujeitos, tanto no âmbito educacional quanto social. A decisão pela abordagem qualitativa se deu por esta melhor se adequar ao objeto a ser pesquisado nas salas que contém tradutor/interprete de Libras.

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes (MINAYO, 2009, p.21).

Para a saber como se dá a relação entre profissionais na sala de aula, é preciso acompanhá-los no ambiente naturalístico, ou seja, na escola, no cotidiano, pois cada profissional tem um método trabalhado em sala de aula, diferenciando-se dos demais. O tipo de pesquisa que utilizado é o estudo de caso (ANDRÉ, 2013), com interpretação crítico-interpretativa dos dados, para assim se chegar resultados aproximados da pesquisa. O Estudos de caso vêm sendo usados em áreas de conhecimento como: sociologia, antropologia, medicina, psicologia, serviço social, direito, administração, e educação com procedimentos e fins variados. Sua origem

na sociologia e antropologia remonta ao final do século XIX e início do século XX, nos Estados Unidos, para dar destaque as características da vida social. Em educação, os estudos de caso aparecem nos anos 1960 e 1970, mas restrito a estudos descritivos de uma unidade, seja ela uma escola, um professor, um grupo de alunos, uma sala de aula, o que segue causando uma série de equívocos e críticas. É nos anos 1980, no solo das abordagens qualitativas, que o estudo de caso adquire um sentido mais abrangente, que é o de se deter em um fenômeno particular, considerando o contexto, a multidimensionalidade, e a necessidade da análise situada. O lócus desta pesquisa será uma sala de aula da E.M.E.F. Dr. Anthodio Barbosa na cidade de Tomé-Açu, 8º ano, que se tornou um caso por ter dois alunos surdos, com diferentes níveis de aprendizagem. Os sujeitos são um grupo de professores das séries finais do ensino fundamental, uma tradutora/intérprete de libras e os dois alunos surdos da turma. A pesquisa de campo contou com a observação da sala de aula, buscando mapear a relação pedagógica cotidiana entre os professores do ensino regular e o tradutor/intérprete de libras, como forma de compreensão da prática docente e do processo de inclusão dos alunos surdos.

Este trabalho está organizado em dois capítulos, onde o primeiro tem como título Tomé-Açu e a inclusão de pessoas surdas, que aborda sobre o contexto histórico da cidade em torno ao assunto ao que se refere a inclusão, desta forma falando sobre seu percurso de pessoas surdas contendo informações precisas para o desenvolvimento de nossa pesquisa e entendimento; de como se dava essa educação, qual o local aconteciam as aulas, quem foram as principais figuras que lidaram com as crianças surdas no município, logo após falaremos sobre as políticas inclusivas das pessoas surdas e quais são seus objetivos e princípios para esse atendimento .

No segundo capítulo vem abordar sobre a organização do trabalho pedagógico inclusivo de sala de aula, e como é organizada a interação entre docentes e o tradutor de libras, a descrição do espaço que se situa em Tomé-Açu na escola Dr. Anthódio Barbosa, deste modo de que forma se dá a relação do professor da sala regular com o interprete de libras, como é feito a aplicação e adaptação das atividades, e como acontece a formação desses profissionais abordando também

sobre as iniciativas ou projetos inclusivos para superar as limitações que foi gerada essa problemática em torno da pesquisa.

SEÇÃO I - TOMÉ-AÇU E A INCLUSÃO DE PESSOAS SURDAS

Aqui apresentamos como aconteceu a inclusão no município de Tomé-Açu e os profissionais que foram fundamentais para a inclusão escolar; destacamos como foram organizadas as políticas da educação inclusiva de pessoas surdas, seus impasses, trajetória e suas conquistas. Apresentamos também a Escola Dr. Anthódio Barbosa, a qual foi o lócus da pesquisa, e a sala de aula que recebe alunos surdos.

1. A trajetória de inclusão do município de Tomé-Açu

Tomé-açu é um município do estado do Pará, localizado na microrregião de Tomé-açu, com uma população de 64 030 habitantes (IBGE, 2020), compreendendo os nativos da Amazônia e descendentes de japoneses. Os primeiros habitantes da região do Rio Acará-Mirim foram os Tembé, que cultivavam a agricultura de subsistência. Em seguida, vieram os portugueses trazendo o comércio de madeira. No ano de 1929, foi instalada colônias agrícolas japonesa no município objetivando dinamizar a economia com práticas modernas de cultivo. Assim, chegaram 42 famílias, com capital e uma tradição milenar na agricultura, instalando a colônia japonesa que permanece no lugar até os dias de hoje.

A educação de surdos na perspectiva inclusiva no município de Tomé-Açu apresenta uma trajetória de mudanças no que se refere a promoção do ensino de alunos surdos. Desta forma, apresentaremos como essas mudanças ocorreram até os dias atuais, considerando a escolarização e as principais figuras que fizeram parte desse cenário.

É importante lembrar que a construção do ensino de alunos surdos perpassa por mudanças significativas ao longo da história da educação inclusiva, visto que as adequações para atender as necessidades especiais exigem capacitação dos profissionais da área. Vale lembrar que esse ensino ocorria separando os alunos chamados de especiais, havendo salas somente para a educação de alunos surdos - assim como deficientes mentais, deficientes visuais e deficiências múltiplas -; não havia planejamento para o ensino desses discentes, de modo que de início o ensino ocorria de forma improvisada.

Segundo Laurinho (2021), no ano de 1985 começa a introdução da educação inclusiva, inicialmente com uma classe especial na gestão do prefeito Moacir Vieira Gomes, incentivando o acesso a educação de surdos no município. No início do processo de inclusão as aulas aconteciam em uma sala específica da rede estadual que atendia somente a comunidade surda, sob a responsabilidade da professora Clara do Perpétuo Socorro Paiva.

A princípio, o ensino inclusivo começou com poucos surdos com o diagnóstico de surdos profundos, mas já se fazendo presente no ambiente educacional a inclusão desses discentes com pouquíssimos recursos disponíveis. O espaço em que as aulas eram ministradas tinha condições precárias, pois era uma sala do departamento de merenda do município. Uma das intenções nessa época era criar formas para que esses alunos não ficassem de fora do acesso a educação, mesmo com poucos recursos para atendê-los. E foi dessa forma que foram atendidos por dois anos consecutivos.

Ao longo desse percurso, em busca do atendimento preciso para o aluno surdo, o processo de inclusão começou a ganhar mais atenção e, em virtude disso, a sala de aula mudou de localidade para proporcionar melhoria na qualidade de ensino. Assim, as aulas passaram a ser ministradas em uma sala específica para os alunos surdos e outra para a coordenação da educação especial. No ano de 1987 o ensino de surdos passou a ser realizado em uma escola do município, a Escola Luterana do CIM Trindade. A partir desse momento, forma-se uma classe especial para deficientes auditivos, portanto, quando se abriu uma sala para esse atendimento a demanda começou a aumentar, passando de 3 atendimentos para 10 alunos. A profissional que desenvolvia a educação especial era a professora Amélia Corrêa Laurinho que o fez durante um ano. O processo de educação desses alunos era feito através do método de oralização.

A professora que inicialmente colaborou com o ensino de alunos surdos, foi Teresinha dos Santos Melo que, nessa época, buscou um aperfeiçoamento em suas práticas de ensino para poder lidar com os alunos surdos. Em seguida, a professora Maria Lucineide Furtado Pontes assumiu a turma. Já no ano de 1990, a professora Teresinha dos Santos Melo faleceu e em consequência disso quem ficou responsável foi a professora Maria Lucineide Furtado Pontes, ficando até 1991.

Foi então que no segundo semestre de 1991, a professora Mary Tavares, através da Seduc teve a oportunidade de aperfeiçoar seu currículo, se deslocando

de Tomé-açu até Belém para fazer um curso de Ensino Adicionais em Educação Especial. Assim, percebemos que já havia uma preocupação por parte dos profissionais que estavam atuando, em buscar qualidade do ensino desses alunos, o que se tornou um fator indispensável para os responsáveis da Seduc que tinham essa preocupação de aperfeiçoar as práticas de ensino dos alunos surdos.

Ao que se refere a busca constata-se para um ensino de qualidade, podemos relatar que nessa época, ocupavam o cargo para assim realizarem o atendimento das pessoas com deficiência auditiva, profissionais que estavam aptos a desenvolver esse trabalho, portanto a professora Mery Tavares assumiu a turma, desenvolvendo o ensino na Escola Luterana, pois a escola era a única da época que atendia pessoas com deficiência auditiva. Segundo Laurinho (2021) a escola oferecia não somente o atendimento educacional, mas outros tipos de assistência tais como: atendimento médico, odontológico, ambulatorial e também auxílio as famílias dos alunos que eram muito carentes.

Nos anos seguintes, com o atendimento na Escola Luterana, houve um aumento significativo na taxa de matrículas de alunos surdos, pois a escola era a única no município com esse tipo de oferta, logo, acabou ficando sem ter como atender o aumento da demanda desses alunos. Desta forma, foi necessário a mudança de ambiente escolar para um melhor local que possibilitasse atender todo esse público. Portanto, em consequência do aumento do número de alunos surdos foi preciso mudar para até então Escola Estadual Moura Carvalho, que cedeu uma sala para as aulas; ainda que a sala fosse pequena atendia as necessidades dos alunos; a profissional que esteve a frente da ensino de surdos foi a professora Mary Tavares.

No decorrer dos anos foi crescendo o número de alunos surdos e, desta forma esse grupo começou a ganhar mais força em relação aos direitos devidos; deste modo tornou-se obrigatório que as demais escolas atendessem esse público, na época, esse serviço acontecia em uma sala separada, chamadas de salas “Especiais”. O responsável pela matrícula dos alunos especiais era o próprio professor que trabalhava na classe de DA - deficientes auditivos. Desta forma, esse atendimento se dava por meio da oralização, pelos sinais e o uso de recursos pedagógicos. A escola contava com o apoio da SEDUC para quanto a oferta de cursos de formação de professores para a educação especial, bem como com materiais que pudessem proporcionar a melhoria do ensino para esses alunos.

No processo de melhoria no ensino do aluno surdo, no ano de 2000 com a busca dos direitos e de um ensino inclusivo, o serviço passou de segregador para inclusivo, de modo que os alunos surdos passaram a ser ensinados juntamente com os demais alunos da sala regular, mostrando assim um importante avanço no processo de ensino de alunos surdos. Portanto, quando isso aconteceu surgiu muito preconceito por parte dos alunos da sala regular em relação aos alunos surdos. Mas mesmo com essa mudança, os discentes contavam com uma sala especial para o suporte necessário que precisavam.

No ano de 2001 a professora Mery Tavares passou a ser a diretora da Escola Dr. Anthódio Barbosa e, em consequência disso, precisou deixar o cargo de professora na Escola Luterana. Com isso, assumiu a vaga, a professora Maria Marcicleide da Silva que permaneceu durante 3 anos seguidos. O processo de mudanças no decorrer dos anos vai se encaminhando, sendo que no ano de 2004, por motivos de saúde, a professora Maria Marcicleide precisou se afastar da função, sendo substituída pela professora Noemi de Cristo Ferreira, que assumiu a classe especial de surdos na Escola Dr. Anthódio Barbosa, permanecendo no cargo durante 5 anos consecutivos. No ano de 2009, o Prof. Albano Capela Lino, professor surdo e a Profa. Vera Tavares assumem a última classe de classe especial DA - Deficiente Auditivo.

Portanto, com as mudanças na busca incessante da introduzir os alunos na sala regular, a classe especial é desativada e todos os alunos são incluídos no ensino regular. Com essa mudança os alunos surdos sentem um grande impacto, pois não encontravam o suporte adequado como a presença de interprete da Língua Brasileira de Sinais - Libras para auxiliá-los. Outro limite era que na época os professores não estavam preparados para essa mudança que consistia em receber os alunos surdos na sala de aula regular. Sendo assim, foi um impacto tanto para o professor quanto para os alunos com deficiência auditiva.

Percebemos que a busca foi sempre constante para melhoria do ensino inclusivo, mas ainda há inúmeras barreiras para a promoção de ensino do aluno com deficiência auditiva. Atualmente, com o decreto nº 5626/2005, os alunos que estão na sala regular e no contra turno recebem um atendimento do setor denominado Atendimento Educacional Especializado - AEE, uma consequência das mudanças em prol da qualidade de ensino. Outra necessidade é a presença do tradutor interprete de Libras para auxiliar nas aulas, pois sem sua presença o ensino acaba

se tornando excludente. O tradutor/interprete de Libras deve atender o aluno surdo no seu dia a dia.

1.2 A política de inclusão de pessoas surdas: objetivos e princípios

Ao considerar as transformações ocorridas em tempos de inclusão, podemos dizer que certos princípios estabelecem melhoria e adequação na sociedade moderna, com o único objetivo de inclusão dos "alunos especiais" no ensino público regular, portanto, o papel da escola é se reestruturar para promover a formação desse público alvo. Mas o que se pode constatar no que diz respeito a esse serviço, é que ele ainda apresenta limites e está distante de ser um atendimento de boa qualidade, porém, já conseguimos ver avanços em prol do serviço prestado a esse público.

No que se diz respeito a contextualização do processo estabelecido para as devidas evoluções no campo educacionais não podemos deixar de mencionar um importante incentivo a educação especial, na qual as diretrizes legais passaram a ser definidas na Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência que foi realizada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em Nova York no ano de 2006.

Foi a partir dessa Convenção que o Brasil passou a ser signatário, sendo estabelecidas alterações em torno dos assuntos debatidos. Considerando a defesa desse público foi gerado o Decreto n. 6949/2009 (BRASIL, 2009), que seguia os avanços estabelecidos no processo de democratização do acesso à educação para pessoas especiais no Brasil, o que começou a se intensificar com a promulgação da Constituição Federal de 1988. Logo após, a educação inclusiva passa a ser reafirmada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996. Contando com os avanços educacionais é possível afirmar que a educação passou a amparar esse público e, dessa forma, foram garantidos investimentos públicos para o atendimento das pessoas com deficiência .

No Brasil, conforme essas alterações foram se tornando obrigatórias no cenário escolar, foi também importante acompanhar essas mudanças e entender a importância da inclusão dos alunos surdos, visando a melhoria do processo educativo. É indispensável o compromisso com a educação inclusiva de qualidade, com um serviço empenhado em desenvolver um ensino de qualidade para os alunos surdos. Importante lembrar que o emprego das Libras é necessário, bem

como profissionais aptos a exercerem esse cargo, ou seja, este deve ser interprete da língua materna com capacitação em tradução – tradutor e intérprete de libras (TILS).

Seguindo as perspectivas de mudanças a cerca dessa temática, destacamos também que a Libras no Brasil ganhou um destaque a partir do século XXI, mais precisamente, no ano de 2005 por meio do decreto n. 5.626 de 22 de dezembro de 2005 (BRASIL, 2005), que incluiu o ensino de Libras nas matrizes curriculares dos cursos de licenciatura das diferentes áreas do conhecimento.

Conforme os avanços chegam até a educação básica, o número de usuários de Libras cresceu, de modo que os alunos surdos foram sendo acolhidos e amparados dentro do contexto escolar. Nesse sentido, o papel das políticas educacionais é assegurar o direito das pessoas surdas no meio em que ela está inserida, para que deste modo não recebam tratamento diferenciado. A legislação educacional do Brasil deve garantir o direito ao acesso a educação inclusiva, estabelecendo a qualidade de ensino para as pessoas surdas, como a lei 13.146/2015 (LDBI/2015) que garante vários direitos as pessoas com algum tipo de deficiência, promovendo amparo a estas e sanções para atitudes preconceituosas e discriminatórias.

Com isto as políticas públicas garantem certos direitos aos sujeitos, beneficiando-os e englobam também a comunidade surda, o que resultou da ação dos movimentos sociais e das inquietações da população. Com isso

[...] podemos dizer que as políticas públicas da educação são as responsáveis pelo desenvolvimento do país, uma vez que são elas quem garantem alfabetização, especialização e profissionalização (LOPES; SANTOS, ano, p. 144).

Deste modo, a educação especial que propôs a educação para todos, incluindo as pessoas com deficiência para que adentrem o espaço escolar regular, é um direito de todos os cidadãos do país. A educação especial traz um novo olhar a esses indivíduos como seres capazes, e um dos princípios da educação inclusiva é educar a todos os indivíduos, independente dos níveis de suas necessidades de aprendizagem, o atendimento educacional especializado, ou a educação inclusiva, precisa ter lugar em escolas regulares. Portanto, a educação inclusiva busca atender

os alunos surdos e alunos sem deficiência de modo igualitário, introduzindo-os no ambiente na sala regular de ensino.

Os surdos ganharam direitos como: o atendimento educacional especializado, o AEE, o direito a intérprete de Libras nas salas regulares, cursos de licenciatura e de fonoaudiologia com a obrigatoriedade da disciplina de Libras, e a língua portuguesa como segunda língua aos alunos surdos. Uma das “[...] maiores garantias dispostas nos textos legais é a do ensino de LP como L2, demonstrando um olhar mais sensível das políticas públicas sobre o aluno surdo” (LOPES; SANTOS, ano, p. 151), oportunizando a educação bilíngue esse público, sendo a primeira língua materna a língua brasileira de sinais e a segunda língua denominada de L2, a língua portuguesa.

Assim, o direito a educação bilíngue nas escolas do país é fundamental. Para que a educação bilíngue seja viabilizada nos espaços das escolas públicas, os professores precisam preencher sua alma com a ética inclusiva e assumir os projetos educacionais (QUADROS, 2008). Para ser colocado em prática de forma efetiva pelos professores e especialistas das escolas oferecendo um ensino de qualidade, colocando em prática o direito conquistado com a organização do poder público e das reivindicações da população.

Deste modo, em busca de uma educação de qualidade é indispensável a implementação da inclusão das pessoas com deficiência nos mais diversos espaços, entre os quais a escola, para que esta prepare os alunos surdos para conviver com diferentes públicos; nesse sentido, a escola tem um papel fundamental no processo de ensino, o que nos leva a destacar a importância da organização do trabalho pedagógico inclusivo na sala de aula.

1.3 A Escola Municipal de Ensino Fundamental Anthódio Barbosa

No primeiro dia de observação nos deslocamos de nossas casas para pedir autorização da diretora da escola para que pudéssemos acompanhar a relação entre o intérprete de Libras e o professor na sala de aula regular; deste modo a diretora, a vice diretora e a diretora de Educação Especial nos receberam muito bem e autorizaram nossa pesquisa dentro da sala de aula. Em seguida, nos direcionamos até a sala de aula para conhecermos os respectivos professores e os demais colegas de classe do 8º ano do ensino fundamental da Escola Dr. Anthódio Barbosa;

nos apresentamos explicando o motivo de ficarmos na sala de aula observando para analisar a relação docente-interprete de Libras.

A Escola é de médio porte, com 17 salas compondo a escola, com as seguintes distribuições de docentes para as devidas disciplinas sendo 04 para a de Língua Portuguesa; 04 para a de Matemática; 03 para a de Inglês; 02 para Religião; 04 para Artes; 02 para a de Geografia; 03 para a de Estudos amazônicos; 02 para a de Ciências; 02 para a de Educação Física; 01 para Libras; 01 da 1º Etapa; 01 da 2º Etapa; 03 para o A.E.E; 02 para Biblioteca. A escola atende do 6º ao 9º, com 616 (seis centos e dezesseis) alunos matriculados, sendo 40 (quarenta) alunos surdos. Possui 31 docentes, e um corpo diretivo com uma diretora, uma vice diretora, duas coordenadoras pedagógicas, sendo uma delas da Educação Especial.

Imagem 1 – Frente da Escola Anthódio Barbosa



Fonte: Oliveira (2022)

Imagem 2- Frente da Escola com o alfabeto em Libras



Fonte: Oliveira (2022)

1.4 A Sala de aula inclusiva observada

A sala é ampla e bem iluminada, com quatro janelas de vidro e ar condicionado. O mobiliário escolar compõe mesa e cadeira para os docentes, uma cadeira para a intérprete, carteiras para os alunos no modelo tradicional, um quadro de giz que fica atrás do quadro branco. Na sala há dois cartazes colado nas paredes, um com o alfabeto de Libras e outro com a tabuada.

Imagem 3 – Professora de Leitura e intérprete de Libras.



Fonte: Oliveira (2022).

Imagem 4 – Dinâmica na aula de Artes



Fonte: Oliveira (2022).

A turma conta com uma interprete de Libras, que é a professora Carliane, que tem a tarefa de interpretar e traduzir o conteúdo para os deficientes auditivos, orientando tanto docentes em sua comunicação e interação com os dois alunos surdos, como orientando e tirando dúvidas nas atividades passadas pelos docentes. A interprete de Libras utiliza um aplicativo chamado Hand Talk, o que contribui no ensino dos alunos surdos. Na escola, há também um professor que é pedagogo e deficiente auditivo, o Professor Albano, que sempre se faz presente na sala inclusiva dando apoio cotidiano aos professores e até mesmo auxiliando os alunos surdos a resolverem suas atividades, especialmente nas aulas de Matemática. Observamos que os professores detêm pouco conhecimento de Libras, mas o pouco que eles sabem são utilizados durante as aulas.

Nesta sala de aula há dois alunos surdos, Pedro e Mário, que apresentam níveis de aprendizagem distintos, de modo que Pedro tem mais facilidade de domínio de conteúdos que Mário que interage menos na sala. O desempenho satisfatório de Pedro é devido este ter vindo de uma escola que contava com assistência necessária a suas necessidades específicas. No fim, concluímos que esse suporte fez total diferença na vida desse aluno. A causa pelo qual Mário não interage tanto quanto o Pedro, foi informada pela interprete de Libras que relatou que Mário não é alfabetizado na Língua Portuguesa e nem em Libras o que causa uma grande dificuldade para desenvolver os exercícios em sala de aula. A interprete comentou que Mário já entendia um pouco de Libras, mas com a pandemia ele acabou regredindo e, por esse motivo, seu desempenho foi prejudicado.

Observamos que no dia a dia da sala de aula, a relação da intérprete com os alunos surdos é afetuosa, atenciosa e interativa, pois a interprete é amigável de modo que os alunos surdos interagem bastante durante a aula. Algumas vezes quando um dos alunos ficam um pouco dispersos a interprete assegura que fique atento para elaborar e aprender o conteúdo. Na escola há o AEE que é Atendimento Educacional Especializado, um atendimento especial que funciona em uma sala, no qual o aluno Mário é atendido semanalmente, objetivando complementar as atividades didáticas da sala de aula, bem como fazê-lo compreender noções de

Libras e outras habilidades capazes de contribuir com seu desenvolvimento cognitivo. Esse atendimento geralmente é realizado no turno vespertino, mas pelo fato do aluno Mário morar na zona rural, seu atendimento é feito no matutino. O atendimento é feito para suplementar a educação do aluno de modo que o aluno possa aprender a Língua Brasileira de Sinais, buscando melhoria no seu desempenho e facilitando sua comunicação com a intérprete.

Nos chamou a atenção, durante uma aula, uma aluna questionar a intérprete perguntando se esta teria feito uma atividade para o aluno Pedro, mas ela respondeu que não fez, ressaltando que seu trabalho é somente de tradução das aulas. Podemos perceber que os alunos confundem o papel da intérprete, pois acham que a profissional responde exercícios e provas dos alunos surdos na sala de aula. Isso sugere que os alunos podem pensar que o aluno surdo não tem capacidade de fazer suas atividades sozinho e só consegue com ajuda da intérprete. Essa também é a percepção dos demais alunos da classe pois vêem os alunos surdos como incapazes de pensar e de raciocinar como pessoas sem deficiências.

SEÇÃO II - O TRABALHO PEDAGÓGICO INCLUSIVO NA SALA DE AULA

Nesta seção apresentaremos a organização pedagógica em uma sala de aula da Escola Anthódio Barbosa; evidenciaremos nossas percepções em relação ao atendimento dos alunos surdos, a relação entre o professor e o intérprete de Libras na sala de aula. Finalizaremos destacando as dificuldades dos docentes na sala de aula inclusiva, destacando a necessidade de projetos inclusivos para superar limitações de alunos surdos, bem como refletindo sobre a formação docente inclusiva em Libras.

2.1 Percepções sobre as interações inclusivas na sala de aula

Durante o trabalho de campo, observamos a organização do trabalho pedagógico de vários professores, inclusive, a professora de Libras, e a interação entre esses e a intérprete de Libras, Carliane. Do que conseguimos observar destacaremos alguns aspectos relevantes para compor um cenário sobre a inclusão dos alunos surdos. Decidimos descrever alguns momentos relevantes ocorridos em

cada uma das disciplinas observadas, como português, matemática, ciências, geografia, história, leitura, Estudos Amazônicos, Educação Física, Artes, Ensino Religioso e Libras.

Aulas de Ciências — em um primeiro momento não houve tanta interação entre o professor e a interprete de Libras na sala de aula; mas percebemos que a interprete traduziu o conteúdo para os deficientes auditivos, orientando que a professora elevasse o tom de voz para que esses alunos conseguissem compreender melhor o que estava sendo repassado. Em outra aula, o professor iniciou com a chamada para registrar presença dos alunos, para depois expor sobre o assunto reprodução e gravidez; em seguida, fez a correção das questões do livro passadas por ele, com os alunos; o aluno Pedro demonstrou dúvida sobre o assunto apresentado e a intérprete as tirou. Contudo, o professor precisou se ausentar da sala de aula e com isso a intérprete assumiu a docência da turma, seguindo as orientações do professor e fazendo a correção das atividades no quadro.

Aula de História — em uma das aulas, a professora fez correção da atividade e a intérprete fez a mediação junto a Pedro, indo até ele para mostrar a atividade no livro. A professora perguntou ao aluno sobre a atividade e a intérprete fez a mediação entre aluno e professora. Conseguimos perceber a dificuldade que o aluno Pedro sente na ausência da intérprete, pois a professora passou uma atividade onde ele não conseguiu realizar sozinho; porém, com a ajuda da intérprete ele logo conseguiu cumpri-la.

A professora de história aplicou uma atividade a Mário para que trabalhasse as emoções; ela nos relatou que este regrediu em conhecimentos no período da pandemia, pois as profissionais notaram que ele não apresentava o domínio em sua língua materna, porém, antes ele se expressava razoavelmente em seu cotidiano. Portanto, sem um acompanhamento para ajudar nas suas necessidades em relação à educação inclusiva seu processo de inclusão foi afetado. Ao contrário, o aluno Pedro faz as atividades, igual aos dos demais colegas, interagindo com os professores/as e a interprete em sala. A intérprete mostra a atividade elaborada pela professora de história adaptada para o aluno Mário, porém, mesmo assim ele não consegue resolver e a intérprete relata que é preciso dar as respostas para ele

poder responder. A professora apresentou uma atividade adaptada para o aluno Mário, mas nesse momento, ele irá até à sala do AEE com finalidade de resolver a atividade passada em sala de aula. O AEE fará com que esse aluno compreenda noções como alfabeto em libras e questões básicas que possam somar no seu conhecimento em sala de aula.

Em outra aula, a professora começou pedindo a atividade da aula passada posteriormente a professora transparece ter uma relação boa com o aluno Mário, desta forma ela passou uma atividade para investigar como esse aluno está, se seu emocional está bem ou não para investigar se o motivo pelo qual esse aluno não está conseguindo realizar as atividades se esse motivo é por questões emocionais, pois se o emocional não está bem esse aluno não terá um bom desempenho, o aluno conseguiu fazer atividade com ajuda das professoras do AEE, conseguimos ver a felicidade do aluno se sentindo incluído, pois esse aluno conseguiu o visto.

Aula de Educação Física — o professor começou explicando o assunto sobre sistema nervoso, e Mário copiou as informações expostas na lousa; o aluno copiou, mas não demonstrou entender o conteúdo; em seguida, o professor explicou o assunto a Pedro que consegue compreender as informações. Infelizmente, o aluno Mário somente escreve. O professor parece não se importar com a educação dos alunos surdos, nem mesmo tenta se comunicar gestualmente com eles; é como se a intérprete tivesse a responsabilidade de educá-los sozinha. Nesta disciplina conseguimos captar informações de uma conversa entre o professor e a intérprete sobre Mário. O professor de EF comentou que Mário tem diversas dificuldades para aprender e até mesmo acredita que ele tenha outros problemas cognitivos, e talvez seja esse o motivo para que ele não consiga desenvolver aquilo que está sendo passado em sala de aula; o professor de EF não concorda que Mário faça somente atividades lúdicas, pois há outras formas aprender. Assim, é nítido que alguns professores têm uma preocupação maior com o aluno Mário, enquanto outros não parecem se importar tanto.

Aula de Matemática — o professor pediu para alguns alunos/as lerem em voz alta o comando das questões do livro, e depois para fazerem as atividades; o Professor Albano ficou nesta aula para fazer a tradução em Libras; assim, ele chamou a atenção de Pedro para que fizesse a atividade do livro. Em outra aula, o professor de Matemática passou uma atividade do livro e perguntou a intérprete se o Prof.

Albano explicou o assunto. O professor resolveu a atividade no quadro e Pedro prestou atenção; a intérprete fez a tradução no começo da explicação. Mário precisou se retirar da sala para ser atendido na sala do AEE. Em outra aula, o professor explicou no quadro o assunto do livro e o professor Albano fez a tradução do assunto que foi explicado; nesta aula não houve interesse do professor de Matemática com relação ao aprendizado dos alunos surdos. Na aula seguinte, no conteúdo operações com polinômios, o professor passou atividade para os alunos exercitarem na prática o conteúdo passado por ele durante a semana; os alunos Pedro e Mário estão atentos ao conteúdo, e a explicação do professor; a intérprete traduziu para Pedro, pois o professor fala um pouco baixo e isso causa dificuldade para sua compreensão; a intérprete mantém um bom diálogo diariamente com Pedro; Mário somente copia sem entender o conteúdo. O professor perguntou a intérprete se Pedro está conseguindo acompanhar e, em seguida, passou atividade no quadro, ajudou os alunos com as resoluções das questões tirando suas dúvidas; Pedro foi até o professor para tirar dúvidas e a princípio se comunicou sem ajuda da intérprete, mas depois pediu que ela se aproximasse da mesa para ajudar na comunicação. Na aula seguinte, o professor seguiu com exercício para que os alunos pudessem praticar o conteúdo ministrado. Mesmo quando a intérprete cumpre seu horário e precisa sair, o professor Albano sempre dá apoio nas aulas de Matemática, permanecendo na sala para conduzir a interpretação e a tradução do conteúdo ministrado.

Aula de Geografia — a professora fez anotações no quadro sobre o assunto e a intérprete sinalizou a Pedro para que ele copiasse; a professora não apresentou diálogo algum com Mário que apresenta mais dificuldade para fazer o dever aplicado por ela; como Mário não domina Libras, a intérprete não consegue ajudá-lo e nem mesmo a professora de Geografia, que não se interessa em incentivá-lo a fazer a lição; já Pedro fez a atividade e entregou para a professora sem a intérprete intermediar. A professora passou conteúdo para os alunos, mas o que observamos na relação de professor-aluno é que a professora de Geografia não apresenta diálogo algum com os alunos surdos, sendo bem frequente por parte da maioria dos professores; a professora seguiu o conteúdo como se os alunos não precisassem do auxílio dela para aprender; ela explicou a atividade para os demais alunos, mas não se mostrou afetuosa com esses alunos; aparentemente ela só está ali para repassar

conteúdo e explicar, não se mostrando interessada em incluir os alunos surdos; a professora explica atividade e a intérprete explica ao aluno com deficiência auditiva.

Aula de Inglês — a professora de Inglês corrigiu as atividades de dois alunos e copiou o assunto no quadro; não houve interesse de sua parte em relação ao aprendizado dos alunos surdos, pois apenas escreveu no quadro e trocou informações pessoais com a intérprete de libras. A professora de inglês passou atividade duas semanas seguidas, mas não demonstrou interesse em ensinar os alunos surdos, nem em interagir com os alunos surdos.

Aula de Ensino Religioso — a professora copiou o conteúdo no quadro e, em seguida, conversou com a intérprete sobre os horários nos quais atua. Não houve interação no campo do ensino entre as profissionais. Desta forma não houve interação da professora de ensino religioso com os alunos surdos, e em certo dia a intérprete faltou, mas conseguimos perceber que na ausência da intérprete os alunos ficam perdidos e até mesmo sem estímulo para estudar; com isso notamos que a presença da intérprete é fundamental no dia a dia desses alunos. Notamos que alguns professores ignoram os alunos surdos, por não estar capacitados para enfrentar essa realidade sozinhos; nem sempre há preocupação com a inclusão dos surdos, pois é como se o dever de educar não fosse responsabilidade deles o que sobrecarrega a intérprete.

Aula de Libras — (brincadeira, jogos e dança) os alunos em dupla desenvolveram uma atividade de diálogo na aula; a intérprete realizou a tradução/interpretação do diálogo com Pedro e logo após, encenou o diálogo na frente da turma para os outros alunos como exemplo. Na aula seguinte, a professora começou explicando sobre a língua portuguesa para os alunos, e observamos que nessa aula é que a ausência da intérprete Pedro não consegue entender bem os sinais da professora de Libras mesmo ela sinalizando e sendo capacitada, Pedro está acostumado com os sinais da intérprete; durante a aula conseguimos notar que Pedro se sentiu confuso quando a professora se comunicava com ele, mesmo com a ajuda do professor Albano na aula; como Pedro que já é acostumado com os sinais do professor Albano, ele conseguiu compreender o assunto. Assim, o ensino do aluno

surdo sem intérprete se torna questionável, pois não conseguem absorver o conhecimento sem esse apoio.

Aula de Artes — a professora pediu que as cadeiras fossem dispostas em círculo e logo após realiza a chamada. Pedro questionou a colega ao lado sobre a atividade, a intérprete percebeu e fez a intermediação entre eles, explicando como deveria ser elaborada a atividade. A professora pediu para a intérprete fazer a tradução da atividade que seria desenvolvida em sala de aula, para Mário. A professora escreveu no papel para os alunos participarem da atividade e incluírem Mario; deste modo a intérprete fez a intermediação da atividade. Houve a necessidade da intérprete se ausentar durante um tempo na dinâmica da atividade, mas em seguida, a professora pediu para que ela intermediasse a atividade com Pedro; notamos que mesmo com a mediação da intérprete, ele não participou da atividade, fazendo outra atividade sem a sua intermediação.

Imagem 4 – Mário, orientado pela professora de Artes.



Fonte: Oliveira (2022).

Aula de leitura — em geral, a professora realiza a chamada e corrige as atividades da aula anterior; certo dia, informou as notas aos alunos. Professora e intérprete

conversaram sobre o desempenho de Pedro, de modo que a professora destacou que iria passar uma atividade extra classe para ele, pois este tem uma boa interpretação de texto.

Aula de Estudos Amazônicos — a professora sugeriu que os alunos fizessem uma apresentação com o tema adesão do Pará; somente duas alunas fizeram o trabalho, mas a professora não viu domínio de conteúdo e sugeriu que os alunos deixassem as apresentações para a próxima aula; Mário não compareceu à aula; a sugestão da professora para Pedro é que ele faça o trabalho e apresente à turma, com a tradução da intérprete. A professora apresentou uma boa comunicação com Pedro, o que o faz apresentar um desempenho maior em relação a sua aula, pois conseguiu desenvolver as atividades sem o apoio da professora e da intérprete, logo, o aluno conseguiu avaliação satisfatória na atividade, de modo que até a intérprete acabou ficando surpresa com o fato de ter conseguido fazer a atividade sozinho; o aluno tirou boa nota na disciplina, mostrando um avanço bem maior em todas as aulas em comparação a Mário; destacamos que a razão pelo qual o aluno tem se destacado nas aulas é o fato de ter vindo de uma escola que tinha assistência necessária para trabalhar com suas necessidades específicas; esse suporte fez diferença na vida desse aluno e o resultado disso é ele conseguir muitas vezes apresentar o ritmo da classe da sala regular.

Aulas de Língua Portuguesa — certo dia, a professora chegou em sala e os alunos estavam bem agitados, e a intérprete se retirou por um momento da sala; quando ela voltou, o ambiente ainda estava bem agitado e ela pode traduzir a um dos alunos surdos que haveria a correção da atividade da aula anterior. Depois de um tempo a professora acalmou os alunos e pode começar a explicar o conteúdo da aula; *houve interação das profissionais, mas sobre assuntos pessoais*. No momento em que a professora retomou a aula e estava usando exemplos para explicar o conteúdo, a intérprete avisou que já tinha dado seu horário de ir embora, mas a professora pediu que ela ficasse para realizar a interpretação/tradução do assunto e assim ela se fez, mas não ficou até o final da aula.

Também observamos que a professora de Português tem um cuidado maior com Mario, demonstrando interesse na sua aprendizagem, pois sabe que ele não tem domínio da Língua Portuguesa nem mesmo da sua língua materna; a professora

busca formas de fazer a inclusão dele demonstrando interesse na realização das suas atividades, criando alternativas para que este não fique excluído mesmo que ele não consiga acompanhar seus demais colegas. Logo após a tradutora explicou para Pedro como a atividade deveria ser feita, explicando e tirando dúvidas quando estas surgem em relação à atividade; a professora elaborou uma atividade inclusiva para Mário e, em seguida orientou o aluno como deve ser feito o dever; a professora observou que houve um erro da parte dela na elaboração da atividade (trocou o z por w); com isso percebemos que os professores mesmo tendo o cuidado de incluir os alunos surdos nas atividades, não tem domínio de Libras na elaboração da atividade; professora e intérprete conversaram sobre a atividade impressa, buscando a compreensão da atividade para ser feita a intermediação com os alunos; a professora pediu ajuda com o questionamento de Mario por sua dificuldade em executar a atividade sozinho, e a intérprete alertou sobre o erro de elaboração da atividade e consequentemente a falta de compreensão do aluno.

Posteriormente a intérprete comunicou os alunos surdos para que eles também fizessem a atividade que está sendo escrita no quadro, utilizando do recurso do desenho para explicar a atividade do quadro. Após isso, a professora foi até Mário para verificar seu desempenho sem a ajuda da intérprete; o aluno pediu ajuda de Carliane para fazer a lição e ela fez a correção; depois se comunicou com Pedro para saber se a atividade estava sendo desenvolvida; a professora verificou a atividade de Pedro; a intérprete fez a comunicação explicando como deve ser feita atividade, em seguida, notamos que Pedro não sente tanta dificuldade

Certo dia, a professora se comunicou com Mário sem o auxílio da intérprete, colocando-o perto de sua mesa, fazendo uma atividade adaptada para ele resolver, utilizando celular como recurso; a professora pediu ajuda para se comunicar com Mário, pois a professora não domina a língua de sinais, só consegue se comunicar por intermédio da intérprete. Em outra ocasião, a professora apresentou dificuldades para elaborar as atividades de Mário, e a intérprete sugeriu para ele atividades mais visuais e usou o exemplo da aula de língua portuguesa. A professora sente dificuldade em passar a atividade para ele e pede ajuda sobre a aplicação da atividade; a intérprete diz que não pode passar cola, mas pode ser utilizado letras em datilologia (Alfabeto manual). A professora também pediu ajuda da intérprete na comunicação com Mário para que ela informe que o número dele na chamada é 8. Às duas profissionais ficaram por bastante tempo conversando sobre como seria

feita a aplicação das atividades a ele. Em outra aula, a professora usou o recurso do computador e projetor para exibir imagens e apresentar o assunto aos alunos, de forma que os alunos com deficiência auditiva também pudessem acompanhar a aula. A professora explicou o assunto, porém, em certo momento saiu do campo de visão dos alunos deficientes auditivos, dificultando sua compreensão; mas a intérprete fez a intermediação para os alunos de modo que fossem incluídos; a professora não percebeu que sua explicação não estava colaborando para que o aluno compreendesse o assunto exposto e, assim, aumentou seu tom de voz para que entendessem melhor o que estava sendo dito; a aula seguiu com o conteúdo colocado na lousa e a professora reforçando que copiassem o conteúdo.

A professora e a intérprete encaminha-se até Mario para verificar a atividade da aula passada, em seguida elas conversam sobre ele não conseguir fazer a atividade, pois percebem que ele possui bastante dificuldade em compreender o conteúdo; a docente demonstra ter preocupação em relação a Pedro e Mário, elaborando atividade adaptada recorrendo a imagens e o alfabeto datilológico (Alfabeto manual). Deste modo as atividades são elaboradas em diferentes níveis de aprendizagem, pois Mario não tem interpretação de texto; e para Pedro que faz interpretação textual, o conteúdo é o mesmo passado para os demais alunos, sendo uma atividade inclusiva e adaptada em Libras e na língua portuguesa. A professora sempre elabora atividades adaptadas para os alunos surdos, buscando analisar sua evolução e vai frequentemente até a mesa deles para verificar seu desempenho nas atividades; a professora faz atividades para os dois alunos, com interesse em incluir ambos; desta forma ela elabora atividades que facilitem a compreensão desses alunos com atividades adaptadas sobre propaganda, com imagens e o alfabeto datilológico. Percebemos que no cotidiano da sala de aula onde os alunos surdos estão inseridos há poucos profissionais que apresentam um relativo diálogo com eles, pois não têm domínio de Libras, uma competência necessária para que o diálogo exista; outro ponto que conseguimos perceber é que poucos professores/as conseguem promover uma conversa gesticulada com os alunos surdos, de modo que a maioria dá a impressão de ignorá-los, deixando-os a parte. Em poucas aulas observamos um esforço para que os alunos surdos não fossem excluídos. Percebemos também da parte de alguns professores conversas com a intérprete em relação à aprendizagem do aluno Mario, demonstrando preocupação com o

conhecimento que esse aluno está adquirindo. No quadro abaixo, sistematizamos a relação professor-intérprete na sala de aula.

Quadro 1 - Síntese da interação professor-intérprete na sala de aula.

Docentes das disciplinas	Interação com a interprete	Interação com os alunos surdos
História	Não interage com a interprete	Interage com Mário
Educação Física	Interage com a interprete	Se preocupa com Mário.
Matemática	Interage com a interprete	Se preocupa com Mário.
Geografia	Não interage com a interprete	Não se interessa, não dialoga, não se mostra afetuosa com os surdos; a dificuldade é só com Mário
Inglês	Não interage com a interprete	Não se interessa pelos surdos
Ensino Religioso	Interage com a interprete	Não se interessa pelos surdos
Libras	Não interage com a interprete	Interage, mas com dificuldade de comunicação com os surdos, devido diferença de sinais
Artes	Interage com a interprete	Não interage com os surdos
Leitura	Interage com a interprete	Interage, incentiva Pedro e se preocupa com os alunos surdos
Estudos Amazônicos	Não interage com a interprete	Interage com Pedro
Português	Interage com a interprete; atividades conjuntas entre professora-intérprete	Interage com os alunos surdos; usa recursos tecnológicos e imagens facilitadoras;

Fonte: As autoras, 2022

Como se nota no quadro acima, 5 docentes não interagem com a intérprete e 6 interagem; 4 docentes não interagem com os alunos surdos; 6 docentes interagem e 1 apenas se preocupa com seu desempenho. Considerando a relação entre a intérprete e o grupo de professores e também com os alunos surdos, podemos argumentar que:

1. Interação entre intérprete-docentes - a intérprete orienta o professores sobre atividades, aponta equívocos e orienta a melhor postura didática (como elevar

o tom de voz para que esses alunos compreendam melhor o conteúdo); muitas vezes os substituem na sala de aula em suas ausências.

2. Dificuldades didáticas do grupo de docentes - não apresentam o domínio de Libras; dificuldades na elaboração de atividades inclusivas; dificuldades com a postura didática ao explicar o conteúdo aos alunos surdos; dificuldade de diálogo e afeto com os alunos surdos.

Aspectos positivos da atuação inclusiva do grupo de docentes: afetividade, diálogo, acompanhamento didático, preocupação com a aprendizagem, elaboração de atividades adequadas a eles com o uso de recursos tecnológicos e imagens; incentivo a aprendizagem satisfatória.

3. Interação com os alunos surdos - orienta, explica e tira dúvidas; na sua ausência ficam perdidos, por isso, sua presença é indispensável para sua aprendizagem.

2.2 As percepções dos docentes e da interprete sobre a educação inclusiva

No período de pesquisa aplicamos questionários com perguntas abertas para a interprete e para os docentes da turma, e selecionamos as respostas mais relevantes para a pesquisa. Ao ser perguntada se considera que os professores contribuem para a inclusão dos alunos surdos, a interprete Carliane respondeu:

Não, porque os professores são irresponsáveis. Eu trabalho muitos anos na escola e tenho percebido que falta atitude por parte desses professores, tanto em formação quanto em metodologia de ensino (Interprete Carliane).

Ao comentar sobre se os professores usam metodologias de inclusão, ela argumentou:

Não, porque os professores acham que esse trabalho pertence ao intérprete ou ao professor do AEE. [...] muitas são feitas de qualquer jeito, apenas para passar a ideia que estar sendo feita alguma coisa (Interprete Carliane).

Já as professoras Valéria e Maria Arlene, se posicionaram criticamente diante da realidade da inclusão na escola básica. Ao ser perguntada se os professores estão contribuindo para a inclusão dos alunos surdos:

Em parte, temos uma demanda significativa na escola e com suas especificidades, no qual requer de certa forma um planejamento

muito diferenciado, acredito que os professores fazem as atividades, porém é necessário adequá-las aos alunos e isso requer tempo e formação para que o trabalho pedagógico esteja mais alinhado e adequado aos discente especiais (Profa. Valéria).

Não, para alguns professores a inclusão ainda é uma barreira, e muitos dizem não se identificar com alunos com necessidades especiais! (Profa. Maria Arlene).

É difícil fazer uma afirmação precisa, uma vez que não tenho esse acompanhamento dos outros professores de como eles trabalham em sala de aula com esses alunos, mas acredito que sim, pois seguimos orientações comuns, no que diz respeito ao atendimento dos alunos surdos dentro da sala de aula regular. Mensalmente, entregamos atividades e uma ficha de acompanhamento dos conteúdos que foram priorizados no bimestre, bem como os objetivos traçados em cada atividade, de acordo com o componente curricular. Então, acredito que cada professor elabora e organiza suas (Profa. Loana Farias).

Sobre a interação entre docente-interprete:

Há ajuda, compartilhamento de ideias a respeito das metodologias, mas a organização parte da coordenação da educação especial, ao olhar, analisar e verificar se nossas metodologias estão de acordo com as especificidades de cada aluno (Profa. Loana Farias).

Sobre as aplicação de metodologias inclusivas para alunos surdos, elas dizem que:

De início sim, estamos procurando melhorar a cada dia seja com pesquisas e experiências na educação inclusiva, sabemos que dificuldades, duvidas surgem em todo o processo de ensino-aprendizagem, mas o importante e obter os resultados esperados em relação as habilidades que eu quero para o meu aluno, que estão inclusas nas propostas no currículo da disciplina (Profa. Valéria).

Em relações as metodologias aplicadas sim, mas, há uma barreira entre a pois a maioria dos alunos surdos ainda não são alfabetizados nem em sua própria língua, ainda utilizam a língua caseira! (Profa. Maria Arlene).

Particularmente, eu tento organizar atividades que facilitem a compreensão dos alunos, a socialização com os colegas da sala regular, mas ainda não é o suficiente. Precisaria de uma formação continuada para nos auxiliar melhor quanto a reformulação do conteúdo, considerando que nem todos os conteúdos do currículo devem ser abordados, uma vez que, ao se tratar de aluno surdo, alguns eixos, como o da oralidade, deixam de ser conteúdos obrigatórios (Profa. Loana farias).

Sobre a oferta de formação inclusiva:

No momento ainda não recebemos cursos de formação, apenas orientação individual com os docentes, no qual são repassadas informações sobre os alunos especiais, propostas e metodologias de trabalho (Profa. Valéria).

Ainda estão em processo de adaptações sobre o assunto, mas, em breve isso irá acontecer com frequência! (Profa. Maria Arlene).

Ainda não fizemos, apenas o acompanhamento e orientação individual para cada professor (Profa. Loana Farias).

Como se nota, há certa tensão entre a percepção da intérprete e a das duas professoras, expressas no discurso acusatório da interprete, quando afirma que o grupo de docentes é irresponsável pois improvisam atividades inclusivas apenas para "fazer de conta" que estão comprometidos. Uma grave acusação.

Por seu turno a Profa. Valéria afirma que há uma demanda significativa de alunos surdos, o que exige um planejamento diferenciado, com atividades bem orientadas e, principalmente, formação docente específica. Para Valéria, ainda há muitas dificuldades e dúvidas quanto ao ensino-aprendizagem inclusivo. Já Maria Arlene destaca que há barreiras que impedem a efetiva educação inclusiva, pois os docentes sem formação inclusiva não se identificam com os alunos surdos e, por sua vez, alguns alunos surdos ainda não são alfabetizados em sua própria língua. Por fim, a Profa. Valéria reafirma que os docentes não receberam formação docente adequada sobre a educação inclusiva, e Maria Arlene complementa que isso se dá devido a escola estar em processo de adaptação quanto ao assunto.

2.3 A docência e o TILS: formação e tarefas

Na sala de aula da escola pesquisada, há barreiras que impedem uma educação inclusiva de qualidade, como o distanciamento entre docentes e interprete de Libras, a falta de comunicação entre os envolvidos na inclusão, a falta de identificação dos docentes com as demandas da inclusão, e uma das causas é a falta de uma série política de formação docente.

Para começarmos a compreender como se dá a relação entre docentes e intérprete de Libras, primeiramente conceituaremos o papel de cada profissional. O professor é aquele que tem o papel de ensinar uma determinada disciplina, ou ensinar determinado conhecimento; para haver uma prática com êxito o professor deve ter uma formação de qualidade e uma formação continuada efetiva.

A formação continuada do professor deve ser um compromisso dos sistemas de ensino comprometidos com a qualidade do ensino que, nessa perspectiva, devem assegurar que sejam aptos a elaborar e a implantar novas propostas e práticas de ensino para responder às características de seus alunos, incluindo aquelas evidenciadas pelos alunos com necessidades educacionais especiais (ARANTES, 2006, p. 57).

O professor tem sua função estabelecida dentro do âmbito educacional, como docente do ensino regular, dos diversos níveis educacionais, e precisa ter a formação em cursos de licenciatura para atuar em sala de aula.

Assim, os professores devem ser capazes de analisar os domínios de conhecimentos atuais dos alunos, as diferentes necessidades demandadas nos seus processos de aprendizagem, bem como, com base pelo menos nessas duas referências, elaborar atividades, criar ou adaptar materiais, além de prever formas de avaliar os alunos para que as informações sirvam para retroalimentar seu planejamento e aprimorar o atendimento aos alunos (ARANTES, 2006, p. 58).

O trabalho pedagógico dos docentes deve ser realizado de modo que atenda os diferentes públicos dentro do espaço escolar, buscando constantemente assegurar a educação a todos os indivíduos, tentando superar os desafios encontrados na escola tradicional. “Assim, é preciso dispor de um sistema de suportes que permita adaptar métodos e práticas de ensino e avaliação incorporando recursos e adaptações que se façam necessárias ao perfil dos alunos atendidos” (GEBARA; BARROS, 2014, p. 5). Além disso o olhar atento ao trabalho pedagógico deve ser feito de modo a atender as especificidades dos alunos, almejando o melhor desempenho dos alunos dentro do seu nível educacional tanto dos ouvintes quanto de seus alunos surdos. Neste aspecto:

[...] a importância da participação no processo de tomada de decisões na escola, onde tanto as questões administrativas, quanto propostas políticas e pedagógicas, partem de decisões coletivas de todos os envolvidos no processo educacional: profissionais da área da educação, alunos, pais e outros membros da comunidade escolar (GEBARA; BARROS, 2014, p.8).

Contudo, a organização pedagógica excede a sala de aula e se encontra inserida na comunidade escolar, onde todos que compõem a comunidade escolar tenha um papel ativo dentro dessa organização, de modo que todos estão presentes nas tomadas de decisões quando se refere a da educação dos alunos, de forma democrática e participativa e consciente assim sendo facilitador do processo de

ensino e aprendizagem dos alunos. Para facilitar o ensino-aprendizado o professor deve buscar o método mais adequado para promover o processo de aquisição do aluno surdo, conhecendo a dificuldade no qual o aluno se encontra, facilitando o ensino desse; o professor deve adaptar as atividades de acordo com a deficiência de cada sujeito incluindo-o no processo de aprendizagem, não usando a deficiência como fator limitador, mas sim articular a melhor forma de ensinar. Deste modo assegura o direito de educação para todos, uma educação gratuita e de qualidade incluindo a modalidade da educação inclusiva tanto em escolas públicas quanto privadas. Nesse sentido, a Declaração de Salamanca:

[...] expressa que todas as crianças tem o direito a educação e possibilidades de manter esta educação, assegurando o direito de todas terem acesso ao conhecimento. Dentro disto cada indivíduo tem suas particularidades e o professor deve levar isso em consideração para adequar a melhor forma de ensino, conseguindo atingir seus objetivos do planejamento educacional proposto pela escola. “As crianças e jovens com necessidades educativas especiais devem ter acesso às escolas regulares, que a elas se devem adequar através duma pedagogia centrada na criança, capaz ir ao encontro destas necessidades (SALAMANCA, 1994, p. 8).

Dentro dessa perspectiva inclusiva não deve abordar apenas assuntos do currículo escolar, pois os surdos convivem em ambientes não escolares; por isso, é preciso prepará-los para o convívio em sociedade, mas para que a educação seja efetiva, o projeto político pedagógico deve ser elaborado de forma que inclua os alunos surdos para conviverem com os alunos ouvintes.

Já o Intérprete de Língua de Sinais (TILS) tem a função de interpretar e traduzir um idioma para outro ou do determinado idioma falado para Libras e, para isso, precisa ter técnicas para a tradução e a interpretação; precisa ter uma boa formação e para atuar na área da educação precisa ter formação na área a qual atuará. Deste modo a profissão do tradutor/intérprete de libras é amparada pela lei nº 12.319 de 01.09.2010 que regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais — LIBRAS. Assim, o tradutor/Intérprete tem sua função na sala de aula, mas para isso ele precisa ter uma formação específica voltada para a área da educação.

O/A tradutor/intérprete de Libras muitas das vezes é responsabilizado/a pelo processo de ensino-aprendizagem do aluno surdo, tendo que atender suas

necessidades pedagógicas e até mesmo físicas, o que não deveria acontecer, pois a responsabilidade é também do professor regente, dos pais e da comunidade a qual o aluno está inserido. Sendo assim, a responsabilidade é coletiva e até mesmo do aluno surdo na busca pelo conhecimento.

No entanto, apenas a presença do TILS em sala de aula não assegura que as questões metodológicas sejam alteradas para contemplar todas as necessidades educacionais especiais do aluno surdo visando a uma atenção inclusiva. Muitas vezes, a presença do intérprete acaba por mascarar uma inclusão que exclui (LACERDA, 2010, p.145).

Para que a aprendizagem seja efetiva é preciso que o tradutor/intérprete tenha uma formação específica na área da educação, pois muitas das vezes o TILS tem o ensino superior na Língua Brasileira de Sinais (Libras), mas esta não é voltada para a área da educação, o que impede um fazer didático de sala de aula, levando assim a exclusão desse aluno surdo, dificultando a aprendizagem e ocasionando até mesmo o fracasso escolar do aluno com um grau elevado da deficiência auditiva ou do aluno surdo. Para que a formação em tradução e interpretação de Libras consiga se adequar a este ambiente e aos sinais próprios deste ambiente, para conseguir se comunicar efetivamente tanto com alunos quanto com o professor regente, a “[...] formação dos TILS precisa ser pensada com cuidado para que os vários aspectos envolvidos em sua atuação profissional sejam trabalhados” (LACERDA, 2010, p.145).

A função profissional do interprete é de promover e interação do surdo com os demais ouvintes. O intérprete de libras tem a função de ser o canal comunicativo entre o aluno surdo, professor, colegas e equipe escolar. Seu papel em sala de aula é servir como tradutor entre pessoas que compartilham língua e culturas diferentes. (RODRIGUES; OLIVEIRA; SILVA, 2019, p.100). Separar as atribuições do profissional intérprete das pertencentes ao educador, principalmente nas séries iniciais, tem sido uma tarefa difícil. O aluno surdo tem poucas oportunidades de se comunicar com seu professor, comunica-se mais frequentemente com o intérprete quando quer sanar alguma dúvida ou interagir no espaço da sala de aula (MELO, 2013, p. 88)

De modo a entender sua carga horária de trabalho para garantir a aprendizagem do aluno surdo igualmente dos demais alunos pois seu papel é devidamente e é exclusivamente de interpretar as vozes dos sujeitos, mas seu fazer no horário contrário também é salutar conhecermos como esse trabalho se estende para garantir ao surdo os mesmos direitos, oportunidades que os outros (COSTA, 2014, p.148).

A atuação do intérprete de libras deve ser pautada na ética profissional neutra, imparcial, ter uma distância profissional, ser confiável, ter discricção e ser fiel à tradução, sem mudar os significados do que está sendo comunicado. O estudo do intérprete deve ser feito constantemente para assim se fazer uma interpretação mais fiel possível dentro dos assuntos específicos abordados em sala de aula. Assim, o papel do tradutor/intérprete de Libras tem a função de ser o comunicador, canal de comunicação do aluno surdo, possibilitando uma educação acessível e igualitária aos demais alunos. No fim, a comunicação feita entre os dois profissionais em sala de aula é de suma importância para o avanço educacional dos alunos, pois deste modo possa ser garantido o direito educacional dos alunos e o papel de cada profissional.

Quando o professor regente compreende claramente o papel do intérprete, esse é colocado numa posição relevante e, de certa forma, o trabalho em sala de aula torna-se totalmente dependente deste profissional. Entretanto, para a conquista de um relacionamento saudável e produtivo entre os dois profissionais em foco, é importante que o professor tenha também conhecimentos, não somente de Língua de Sinais, mas sobre o surdo e a surdez (MELO, 2013, p.102).

Há professores regentes de classe que aceitam de forma facilitadora o tradutor e intérprete de libras, contudo, isto nem sempre é uma realidade entre as escolas inclusivas do país, dificultando a aprendizagem dos alunos surdos, afetando assim a ética entre os profissionais e o relacionamento entre ambos trazendo perdas educacionais e clima de discórdia que os alunos acabam presenciando. Ainda existe esta barreira, o que dificulta a prática do TILS e, outro fator é a falta de materiais para este profissional utilizar em sala de aula. Sendo assim a equipe gestora da escola deve auxiliar o tradutor e intérprete de libras. Diante do relato, o procedimento mais adequado do profissional intérprete de Libras seria recorrer à equipe diretiva para que, no momento oportuno, possam discutir o caso (MELO, 2013, p.105). O respeito e a ética profissional devem acontecer entre os profissionais de modo que cada papel esteja estabelecido, não ultrapassando as

devidas atribuições de sua profissão. Tanto do professor regente que a é autoridade máxima em sala de aula, quanto o tradutor/intérprete de Libras que é o agente comunicador do aluno, possibilitando acessibilidade educacional.

Devido à falta de esclarecimento entre ambos o conflito acaba acontecendo no âmbito educacional, sendo de total importância a definição da atuação dos profissionais inseridos na sala regular, um não interferindo no trabalho do outro e exercendo seus papéis harmoniosamente a fim de fortalecer o trabalho que está sendo efetuado. “Quando a relação entre professor e intérprete é saudável, quando há uma cumplicidade, o próprio aluno naturalmente percebe os papéis” (MELO, 2013, p.109).

2.4 Os desafios da educação inclusiva: a formação docente, a identificação com a inclusão e a parceria pedagógica

Para entender as políticas inclusivas é preciso considerar alguns avanços para o aprimoramento do ensino, de modo que demanda dos profissionais da educação uma atitude que possa mudar o cenário da sala de aula da educação especial, antes era vista como segregadora; mas o decreto n.º 7.611/2011, estabelece uma postura que visa rever as práticas, buscando compreender os alunos como seres únicos e com suas especificidades.

A atual conjuntura do atendimento do aluno surdo apresenta fragmentos de uma educação que ainda está em transição para a qualidade de ensino, pois a realidade é que essas crianças e jovens enfrentam muitas dificuldades para aprender, pois a assistência ainda não possibilita a melhoria no ensino de alunos surdos, e as políticas não conseguem suprir os problemas sociais e pedagógicos nos quais esses discentes se encontram.

No que tange a sala de aula inclusiva, uma das dificuldades enfrentadas pelos professores é a quantidade de alunos por sala de aula, o que é um fator limitador que afeta sua prática, devido o pouco espaço para utilizar atividade dinâmicas e lúdicas.

Outro agravante comumente encontrado nas escolas regulares que dificulta o processo de inclusão é o número de alunos colocados na mesma sala de aula, bem como o espaço físico inadequado para comportá-los (CAPELLINI; RODRIGUES, 2008, p. 359).

Outro aspecto é a dificuldade de adaptar as atividades para alunos com deficiência como na pesquisa de campo ficou explícito, pois muitas das vezes as professoras se sentiam perdidas, buscando ajuda com a intérprete de Libras para que os alunos pudessem ser incluídos, fazendo assim atividades com o mesmo conteúdo, mas com as devidas adaptações. A “[...] maior dificuldade no trabalho inclusivo está em determinar quais práticas são as mais efetivas e como adaptar o material para estes alunos” (SILVEIRA; SEBASTIÁN-HEREDERO, 2018, p. 2). Nesse processo de aprendizagem o aluno surdo não receberá os estímulos adequados para evoluir no conhecimento escolar.

Portanto, sem a formação continuada o professor não obtém as noções do campo das deficiências, os tipos de deficiências, suas possíveis causas, fazendo com que se sintam incapazes de trabalhar com essas crianças e jovens. O professor/a “[...] muitas vezes, sente-se desamparado, pois não possui uma formação inicial continuada e/ou apoio pedagógico para trabalhar com esta diversidade encontrada em sala de aula” (SILVEIRA; SEBASTIÁN-HEREDERO, 2018, p. 3). A relação entre os professores precisa ser de trabalho coletivo, com os professores do AEE, e a interprete de Libras, para que possam superar a barreira da falta de incentivo, podendo juntos desenharem um currículo que seja inclusivo.

Outro problema é a falta de investimentos nas escolas do país, que hoje enfrentam problemas de falta de recursos materiais ou até mesmo tecnologias assistivas para potencializar a educação dos alunos. A falta de compreensão quanto o PNEEPEI - Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, também gera um sentimento de insegurança, incompreensão de seu papel como educador, e resultados negativos o que prejudica a educação inclusiva, pois “[...] Tais incompreensões e sentimentos de falta de pertencimento são a causa raiz das distorções geradas, dos ruídos de comunicação criados” (FERRARI; DUGOIS; SCHLÜNZEN, 2022, p. 14). Desde modo, a compreensão desta lei se faz de extrema necessidade para que o professor juntamente com o profissional especializado do AEE possam superar as barreiras e propor a equidade de oportunidades aos estudantes.

Outro grande desafio enfrentado pelo professor é não saber conduzir as aulas de forma que realmente faça o aluno aprender; é necessário que o professor compreenda o ritmo, a realidade do aluno, no que se refere as práticas de ensino para a qualidade das aulas a alternativa sempre será buscar métodos que possam

mudar satisfatoriamente essa realidade, a formação se torna uma questão chave para enriquecer o diferencial que esse ensino é repassado.

Uma necessária é a formação docente inclusiva para aprimorar conhecimentos buscando superar a insegurança na sua atuação, é abraçar a realidade inclusiva diariamente, buscando possibilidades para atender o aluno com deficiência. De posse de certos conhecimentos, docentes sempre estarão apto a lidar com as dificuldades do aluno surdo em sua diversidade. Assim, para superar as barreiras geradas nesse processo, concordamos com Nóvoa (1995, p. 25):

A formação não se constrói por acumulação (de cursos, de conhecimentos ou de técnicas), mas sim através de um trabalho de reflexividade crítica sobre as práticas e de (re)construção permanente de uma identidade pessoal. Por isso é tão importante investir a pessoa e dar um estatuto ao saber da experiência [...]. Práticas de formação que tomem como referência as dimensões colectivas contribuem para a emancipação profissional e para a consolidação de uma profissão que é autônoma na produção dos seus saberes e dos seus valores.

As lutas por inclusão garantiram o direito ao acesso escolar, e chega as universidades e nos currículos dos cursos de licenciatura do país, portando, se faz presente na formação inicial, mas ainda nota-se que “[...] ainda são tímidos os avanços em relação a formação inicial do professor na perspectiva da educação inclusiva” (GOMES, 2017, p. 29). No entanto, a formação inicial inclusiva ainda está pautada em uma formação homogênea, constituída em uma visão generalista, na qual os alunos não são vistos na sua individualidade, sendo estigmatizados e vistos como indivíduos incapazes de aprender, dentro deste modelo tradicional a que está posto. Em se tratando de formação inicial as universidades, a escola básica mostra realidades distintas, o que exige diálogo e trocas permanentes. Outro ponto a destacar na formação inicial é a falta de interdisciplinaridade nos currículos das licenciaturas.

Comumente, as discussões propagadas sobre inclusão escolar, se restringem as disciplinas que se centram sobre os estudos na área da educação especial, elas desconhecem, portanto, a perspectiva interdisciplinar da educação especial inclusiva (GOMES, 2017, p. 30).

Trazendo conceitos ultrapassados sobre educação inclusiva, bem como sobre o papel do professor, essas disciplinas não são componentes curriculares, mas abordadas em um núcleo específico da educação inclusiva, dando ênfase no

trabalho com o aluno com determinada deficiência, de modo determinista, ignorando o ser histórico-cultural com conhecimento social e capaz de aprender independente de sua deficiência.

Desse modo, é fundamental que se leve em consideração as experiências e as vivências de um sujeito contextualizado, e não as especificidades da deficiência em si. Nesse sentido, é necessário se romper com a visão que se propaga que a natureza da deficiência determina a capacidade de aprendizagem das pessoas (GOMES, 2017, p. 31).

Deste modo a superação das dificuldades na formação dos profissionais da educação inclusiva acontece de forma articulada entre a interdisciplinaridade, currículo e articulando teoria e prática. Para que a educação aconteça de fato entre os professores “[...] devem se pautar em tempos e espaços escolares que atendam as diferenças humanas, numa perspectiva de heterogênea de no modo de aprender de cada um” (GOMES, 2017. p. 32). Para tanto, é preciso que o docente observe como seu aluno age e aprende para a superação das dificuldades que surgirem no seu dia a dia.

Quando a formação inicial não é suficiente para a abordagem na educação inclusiva, a formação continuada auxilia na retomada de conhecimentos e métodos. Por isso, “[...] mediar conhecimento, ainda está na lista das principais dificuldades dos docentes” (FERRARI; DUGOIS; SCHLÜNZEN, 2022, p. 6). A formação continuada

[...] deve ter como foco as diferentes situações que constituem o ato educativo, a análise das práticas docentes e a criação de espaços para a reflexão coletiva, esforçando-se, sempre, para criar na escola a crença de que é possível pensar soluções para as questões que se presentificam (JESUS; EFFGEN, 2012, p.17).

A formação precisa ser continuada, pois apenas a formação inicial não basta para que o profissional esteja devidamente capacitado, conforme o disposto na LDB 9394/96 nos art. 62 dos parágrafos 2º e 3º (1º e 2º). Desta forma, com formação inicial e continuada, metodologias inovadoras serão aplicadas ao ensino, atenta as necessidades específicas de cada aluno. No que diz respeito a condição da escolarização do aluno com deficiência é de extrema necessidade que haja por parte do professor a busca de metodologias que criem a possibilidade para a

aquisição do conhecimento, de modo que a busca deve ser incansável, pois os desafios que se fazem presentes são muitos.

É preciso criar novas possibilidades de aprendizagem, ampliando seu olhar em relação ao aluno; saberá como se portar ao se deparar com essa realidade. Tal atitude faz com que esse profissional possa entender as demandas e a individualidade de cada ser presente em seu cotidiano, para compreender os sujeitos e a forma de ensiná-los, criando um espaço que possibilite mudança da relação comunicativa entre docente-aluno surdo.

Os profissionais que estarão diretamente ligados aos alunos surdos, precisam estar preparados no campo teórico-metodológico, e em parceria com o intérprete de Libras, para planejar as aulas, de modo a que cada profissional exerça sua prática dentro de sua formação; portanto, a atuação desses profissionais em sala de aula deverá ser feita com o seguinte critério:

[...] é preciso que os professores e intérpretes envolvidos em sua educação tenham uma formação adequada, sejam conhecedores da comunidade surda, tenham conhecimento da língua de sinais e da surdez em si, para atuar com o perfil do aluno surdo (SILVA, 2010, p. 16).

Logo, a formação quanto a surdez se faz necessária ao intérprete e ao professor da classe regular, assim, a atuação destes profissionais pode ser feita de maneira que ele utilize estes conhecimentos em sala de aula com o aluno surdo, instigando-o a interagir com seus colegas de classe e com os profissionais que estiverem atuando em sala, proporcionando aprendizagem de forma que ele possa se desenvolver e ser incluído em sala de aula por todos. Para que assim o professor e o intérprete possam fazer a intermediação da tradução e interpretação fidedignamente e neutra. O planejamento deve focar nas necessidades do aluno surdo respeitando a cultura surda e outros aspectos da sua realidade. Assim, uma sondagem quanto ao nível de aprendizagem do aluno surdo é indicada.

[...] é imprescindível que professor e intérprete cultivem o hábito de planejar juntos, pois este pode, por meio de seu conhecimento sobre a língua de sinais e a surdez, contribuir de forma significativa para que o professor possa desenvolver um trabalho de qualidade (SILVA, 2010, p. 20-21).

Assim, o professor corresponderá com a prática do intérprete, se apropriando dos conhecimentos da comunidade surda, buscando a melhor forma da disposição

dos alunos em sala, defendendo os recursos a serem utilizados nas aulas, os assuntos que serão abordados trazendo um conhecimento prévio ao intérprete para ser feita a intermediação da comunicação da melhor técnica que possa ser utilizada.

Portanto os professores preparados para atuar na diversidade, compreendem as diferenças e valorizam as potencialidades de cada estudante, favorecendo a aprendizagem de todos (PIMENTEL, 2009). Sem formação, haverá limitações no saber-fazer pedagógico inclusivo, como a não utilização de metodologias inovadoras, de recursos disponíveis na SRM (sala de recursos multifuncionais) para melhorar a sua prática e um olhar capacitista, representando o aluno surdo como um ser incapaz de aprender. Para que o aluno possa desenvolver a autonomia através da mediação do professor no processo de aquisição do conhecimento,

[...] é necessário que o professor possua um conjunto de saberes que envolvem as epistemologias que fundamentam o ato de aprender, além de habilidades e competências sobre mediação pedagógica no processo de ensinar, possibilitando que aquilo que o estudante faz hoje com ajuda do professor, possa fazer amanhã, sozinho (PIMENTEL, 2009, p.142).

Quadros e Schmidt (2006) indicam como pode ser trabalhada as potencialidades com esses alunos por meio da integração de suas práxis em Libras em sala de aula:

1. estabelecimento do olhar;
2. exploração das configurações de mãos;
3. exploração dos movimentos dos sinais (movimentos internos e externos, ou seja, movimentos do próprio sinal e movimentos de relações gramaticais no espaço);
4. utilização de sinais com uma mão, duas mãos com movimentos simétricos, duas mãos com movimentos não simétricos, duas mãos com diferentes configurações de mãos;
5. uso de expressões não manuais gramaticalizadas (interrogativas, topicalização, focus e negação);
6. exploração das diferentes funções do apontar;
7. utilização de classificadores com configurações de mãos apropriadas (incluem todas as relações descritivas e preposicionais estabelecidas através de classificadores, bem como, as formas de objetos, pessoas e ações e relações entre eles, tais como, ao lado de, em cima de, contra, em baixo de, em, dentro de, fora de, atrás de, em frente de, etc.);
8. exploração das mudanças de perspectivas na produção de sinais;
9. exploração do alfabeto manual;
10. estabelecimento de relações temporais através de marcação de tempo e de advérbios temporais (futuro, passado, no presente, ontem, semana passada, mês passado, ano passado, antes, hoje, agora, depois, amanhã, na semana que vem, no próximo mês, etc.);
11. exploração da orientação da mão;

12. especificação do tipo de ação, duração, intensidade e repetição (adjetivação, aspecto e marcação de plural);
13. jogos de perguntas e respostas observando o uso dos itens lexicais e expressões não manuais correspondentes;
14. utilização de “feedback” (sinais manuais e não-manuais específicos de confirmação e negação, tais como, o sinal CERTO-CERTO, o sinal NÃO, os movimentos de cabeça afirmando ou negando);
15. exploração de relações gramaticais mais complexas (relações de comparação, tais como, isto e aquilo, isto ou aquilo, este melhor do que este, aquele melhor do que este, este igual àquele, este com aquele; relações de condição, tais como, se isto então aquilo; relações de simultaneidade, por exemplo, enquanto isto acontece, aquilo está acontecendo; relações de subordinação, como por exemplo, o fulano pensa que esta fazendo tal coisa; aquele que tem isso, está fazendo aquilo);
16. estabelecimento de referentes presentes e não presentes no discurso, bem como, o uso de pronominais para retomada de tais referentes de forma consistente;
17. exploração da produção artística em sinais usando todos os recursos sintáticos, morfológicos, fonológicos e semânticos próprios da LSB (QUADROS; SCHMIEDT, 2006, p. 27).

A tática é que o professor explore as mais variadas formas de ensinar o aluno surdo trabalhando seu potencial para, deste modo, levar-lo a sentir prazer em aprender, pois se não for de forma lúdica o aluno sentirá muita dificuldade para compreender. As técnicas são de suma importância para aprendizagem do aluno, logo o professor amadurecerá nesse aluno sua criatividade e amadurecimento de técnicas de sua aprendizagem o docente deverá trabalhar o cognitivo do aluno. É importante que o aluno se desenvolva em sua língua materna, pois adquirindo a Libras ele consegue assimilar melhor sua segunda língua para, assim, conseguir acompanhar os demais colegas em sala.

CONCLUSÃO

De acordo com a pesquisa, a Escola Anthódio Barbosa atende alunos surdos, conta com o AEE e uma interprete de Libras. Na sala de aula observada, a organização pedagógica inclusiva ainda se encontra em processo de adaptação, apresentando vários empecilhos como a falta de qualificação dos professores para realizarem um ensino adequado aos alunos surdos. A formação deficitária afeta o planejamento de atividades inclusivas, bem como a comunicação e a interação entre docentes, interprete e alunos surdos, e, no fim, ensino-aprendizagem satisfatório.

Conseguimos perceber que o ensino diferenciado ao aluno surdo parte apenas de alguns profissionais que apresentam interesse na sua aprendizagem, já que poucos colaboram em uma relação ativa com a interprete e, até mesmo, com os alunos surdos, mesmo sendo sabedores das limitações e necessidades de um deles. Assim, no cotidiano da sala de aula, a relação entre ambos profissionais se encontra em construção, dada as limitações relativas a formação docente.

Devido a ausência de uma política de formação docente inclusiva, a maioria dos professores não domina Libras, logo não conseguem se comunicar com os alunos surdos e nem planejar atividades adaptadas a eles que possa refletir no avanço da aprendizagem. Por seu turno, a interprete culpa os docentes pelos fracassos da inclusão, ignorando a fragilidades das políticas educacionais que incluíram os surdos sem garantir condições adequadas na sala de aula regular.

Evidenciamos que docentes e interprete de Libras tem formação e tarefas diferentes na sala de aula. Considerando a realidade pedagógica inclusiva vivenciada, percebemos a importância de entender a singularidade de cada aluno surdo, pois estes apresentam níveis cognitivos diferentes, demandando orientação diferenciada, e comunicação em Libras para aproxima-los e promover interação professor-aluno. Por conta disso, é necessário que as praticas pedagógicas dentro da sala de aula reflitam as limitações da realidade inclusiva. A formação pedagógica do interprete e a formação inclusiva do docente regente é uma questão chave para a qualidade da educação inclusiva, que ainda caminha em passos lentos. Na medida do possível, a relação entre ambos os profissionais deve ser de parceria, de colaboração, de troca, objetivando a aprendizagem dos alunos surdos, sua integração na sala de aula e, no fim, uma educação inclusiva de qualidade.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, M. O que é um estudo de caso qualitativo em educação? **Revista da FAEBA – Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 22, n. 40, p. 95-103, jul./dez., 2013.

ARANTES, V. A. **Inclusão escolar: pontos e contrapontos**. São Paulo: Editora SUMMUS, 2006.

BRASIL. **Decreto no 5.625**, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, Brasília. 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm>. Acesso: 07 ago. 2019.

BRASIL. **Lei nº12.319**, de 1 de setembro de 2010. Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais- LIBRAS. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12319.htm> Acesso em: 08 jul. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 6.949** de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Diário Oficial da União, Brasília, n. 163, ago. 2009.

BRASIL. Lei n.º 13.146, de 6 de julho de 2015. Dispõe sobre a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 22 jul. 2022.

BRASIL. decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a Educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. **Diário oficial da união**, DF, 18 nov. 2011. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm> Acesso em: 28 jun. 2022.

BRASIL. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário da união**, Brasília, DF, 23 dez.1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm> Acesso: 08 jul. 2022.

BRASIL. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2011.

BARBOSA, J. S. L. **A tecnologia assistiva digital na alfabetização de crianças surdas**. Dissertação de Mestrado. Núcleo de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe, 2011.

CAPELLINE, V. L. M. F; RODRIGUES, O. M. P. R. Concepções de professores acerca dos fatores que dificultam o processo da educação inclusiva. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 32, n. 3, set./dez., p. 355-364, 2009.

COSTA, M. A. C. C. **Relação Pedagógica Professor, Intérprete de Língua Brasileira de Sinais e Aluno Surdo do Curso de Pedagogia da UERN**. Dissertação de Pós-Graduação (Mestrado em Educação). Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró, 2014.

DAMÁZIO, M. F. M. Metodologia do serviço do atendimento educacional especializado em uma perspectiva inclusiva na escola regular. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, v. 22, n. 2, p. 840-855, 2018.

EFFGEN, A. P. S.; JESUS, D. M. Formação docente e práticas pedagógicas: Conexões, possibilidades e tensões. In: MIRANDA, T.G.; GALVÃO FILHO, T. A. (ORGS.). **O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares**. Salvador: EDUFBA, 2012.

FERRARI, F. A. A.; DUGOIS, R. C. M.; SCHLÜNZEN, E. T. M. Educação inclusiva: desafios e dificuldades no cotidiano da escola comum. **Dialogia**, São Paulo, n. 41, p. 1-15, mai./ago., 2022.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Editora Paz e terra, 2014.

GEBARA, T. A. A.; BARROS, F. de F. Educação Inclusiva e Organização do Trabalho Pedagógico: potencialidades e desafios a partir da experiência do Centro Pedagógico da Escola de Educação Básica e Profissional da UFMG/MG. **Anais I Seminário Internacional de Inclusão Escolar: práticas em diálogo**, Rio de Janeiro, 2014.

GOMES, A. L. L. A Formação inicial de professores no contexto da sala de aula inclusiva: desafios e possibilidades de incluir alunos que apresentam deficiência. **REIN-Revista Educação Inclusiva**, Campina Grande, v. 1, n. 1, p. 28-36, jul./dez., 2017.

LACERDA, C. B. F. Tradutores e intérpretes de Língua Brasileira de Sinais: formação e atuação nos espaços educacionais inclusivos. **Anais do Seminário Nacional em Pesquisa em Educação Especial: formação de professores em foco**, 2009. São Paulo, 2010.

LAURINHO, Amélia C. **História da Educação de Surdos de Tomé-Açu**. Tomé-Açu, 2021, 1-3.

LOPES, B. R; SANTOS, M.M. Políticas públicas para educação de pessoas surdas: conquistas, paradoxos e impasses. **Revista Administração Educacional**. Recife, v.11, n. 1 p. 143-158, jan./jun., 2020.

MELO, A. V. S. de. **Formação e Atuação do Tradutor Intérprete de Libras em sala de aula**, 30 de abri. 156. Dissertação de Pós- Graduação (Mestrado em Educação). Aracaju, Universidade de Tiradentes, 2013.

MINAYO, M.C.S. et al. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

NÓVOA, A. **Profissão Professor**. Porto: Porto Editora, 1995.

QUADROS, R. M. de; SCHMIEDT, M. **Ideias para ensinar português para alunos surdos**. Brasília: MEC, SEESP, 2006.

QUADROS, R. M. A Educação de Surdos na Perspectiva da Educação Inclusiva no Brasil. **Informativo Técnico-Científico Espaço INES**, Rio de Janeiro, n. 30, p.12-17, Jul./Dez., 2008.

PIMENTEL, S. C. Formação de professores para a inclusão: saberes necessários e percursos formativos. In: MIRANDA, T. G.; FILHO T. A. G. **O professor e a educação inclusiva formação: formação, práticas e lugares**. Salvador: EDUFBA, 2012.

RODRIGUES, A. C da C.; OLIVEIRA, M. C.; SILVA, R. M da. O papel do Tradutor Intérprete de Libras na Educação Especial e Inclusiva. **Emblemas** - Revista da Unidade Acadêmica Especial de História e Ciências Sociais, v. 16, n. 1, p. 96-101, jan., 2019.

SALAMANCA. **Declaração de Salamanca** - Enquadramento Acção: na área das Necessidades Educativas Especiais. Editora Unesco, 1994.

SILVA, C. R. **A relação pedagógica entre o professor ouvinte e o intérprete de educacional de língua de sinais**. 2010, 56, Trabalho de Conclusão de Curso (Faculdade de Educação- FAGED). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

SILVEIRA, J. A. D.; SEBASTIÁN-HEREDERO. Práticas docentes em salas de aula inclusiva. **Anais do V CONEDU** - Congresso Anual de Educação, Recife, 2018.

Anexo

Questionário

- 1.** Na sua opinião você acha que todos os professores estão contribuindo para a inclusão dos alunos surdos?
- 2.** Na sua perspectiva profissional há metodologias de inclusão por parte dos professores?
- 3.** Entre o professor da sala regular e o intérprete há organização do trabalho pedagógico entre os profissionais?
- 4.** Você como profissional da área de libras vê interação por partes dos professores da sala regular em ensinar os alunos surdos?
- 5.** Na sua opinião qual é a importância do seu trabalho em sala de aula?
- 6.** Você acha que as metodologias aplicadas estão sendo satisfatórias para os alunos surdos?
- 7.** A coordenação da escola em algum momento faz eventos de capacitação para os professores, para que possam lidar melhor com o ensino do aluno surdo?